

Português, o Futuro Precisa de ti

Porque nasce o Futuro Português:

O Futuro Português nasce de uma vontade profunda de formar novas elites políticas. Reconhecemos e assumimos uma vontade ideologicamente populista de rejeitar as atuais elites como incapazes, incompetentes e desligadas do povo português. Mas rejeitamos o reflexo populista de oposição às elites de forma genérica. O Futuro Português quer formar elites capazes, com noção do seu lugar na História e que sirvam única e exclusivamente o interesse nacional. Em simultâneo, essa capacidade técnica e intelectual deve ser aliada a uma compreensão e respeito pelas tradições nacionais e pela sua existência orgânica, que se manifesta na família, na comunidade, na nação e na sua identidade. O Futuro Português é um movimento nacionalista.

Nasce também da vontade de intervir na cultura, disputar as ideias e transformar a forma como os portugueses pensam o seu país. Os dogmas altamente ideológicos da 3.^a República conduziram Portugal a uma circunstância em que não é soberano, em que o seu povo está a ser substituído, legal e ilegalmente, e em que as elites políticas, altamente incompetentes, não respeitam sequer a identidade nacional.

E nasce, sobretudo, da convicção de que Portugal precisa de voltar a pensar a longo prazo, contrariando a 3.^a República, que tem como horizonte máximo o próximo momento eleitoral. Voltar a pensar Portugal a longo prazo, virado para um futuro grandioso, em vez de discutir banalidades características da atualidade política. Pensar Portugal pós-3.^a República e a sua existência num mundo pós-ordem liberal.

Não queremos apenas participar no presente. Queremos preparar o Portugal do futuro.

O que impede o Futuro Português?

Portugal enfrenta um conjunto enorme de problemas, alguns deles sem precedentes, que inquietaram os fundadores do movimento e que originaram o Futuro Português.

A substituição populacional. Em Portugal e por toda a Europa, vemos que está em curso uma substituição dos nacionais por estrangeiros. Esta ideia surge meramente da observação de estatísticas: os países europeus têm baixas taxas de natalidade dos nacionais, existe uma imigração massiva que está a substituir os nacionais e os estrangeiros nos países europeus têm maiores taxas de natalidade. O resultado estatístico mais óbvio da situação descrita corresponde a uma substituição populacional. Algo totalmente inaceitável, seja a substituição populacional feita de forma legal ou ilegal. Portugal deverá ser dos portugueses, que jamais deverão ser estrangeiros na sua própria casa. Claro que a substituição populacional é um sintoma de quem se esqueceu de quem é, do lugar histórico que ocupa e que, por isso, se torna permissivo com imposições de elites liberais internacionalizantes. Ainda assim, é uma questão existencial para o povo português e restantes povos europeus, que ou é revertida em massa, independentemente da nacionalidade ou origem dos substitutos, ou Portugal corre um sério risco de desaparecer.

Elites e regime decadentes. As elites políticas portuguesas são totalmente incapazes e incompetentes. Adicionalmente, impõem, de forma relativamente unilateral, projetos políticos não desejados pelos nacionais. A substituição populacional foi imposta de cima para baixo; a imposição da desindustrialização a nível europeu; um ensino produzido para desenraizar os portugueses, criando um projeto político que teve como fruto um homem moderno sem noção do ser, sem nação, comunidade, família ou religião, que acredita que a sua liberdade plena só se realiza quando o mesmo existe sem qualquer pertença social da qual herda características que não dependem da sua arbitrariedade. Sejam essas características culturais, étnicas, comunitárias ou de outros tipos. Os regimes e as elites políticas, ambos filhos da modernidade, precisam de voltar a olhar para o

indivíduo como ele é: com características únicas que o distinguem e caracterizam e que apenas se desenvolvem através da sua existência social e das características que herdou. Procuramos um governo dos melhores e procuramos dar o nosso contributo para a formação dos melhores. Jamais uma nação poderá prosperar se não tiver elites fortes que sirvam a nação. Vemos as elites como uma inevitabilidade política e, por isso, pretendemos garantir que servem a nação.

O homem moderno e os dogmas liberais. O materialismo tornou-se parte constituinte do homem moderno. Perdeu todo o contacto com a dimensão do “invisível” que orientava as civilizações tradicionais e construiu a crença profundamente enraizada de que a única realidade existente é a física. Adicionalmente, o homem moderno reduziu-se a si mesmo a um empirismo radical, um “eu” sem tradição, que se inicia no nascimento e termina na morte, distante de qualquer noção do seu lugar histórico e da responsabilidade que a sua herança acarreta. Rejeitamos este homem moderno e pretendemos ajudar a formar as novas gerações viradas para a virtude, para a coragem e para o serviço. Um homem que sabe o seu lugar histórico, restabelece a relação com o transcendente e que não se vê a si mesmo como o princípio e o fim de toda a sua existência; que não existe sem a sua pertença à comunidade, à família e à nação.

Incapacidade de pensar a longo prazo. Um dos principais problemas gerados pela Terceira República e pelas suas elites foi a incapacidade de pensar a longo prazo, gerando uma prática de governação virada para títulos de jornais ou para as ânsias mais imediatas e barulhentas. Claro que não sugerimos que se abdique dos problemas de hoje, nem sequer desvalorizamos a sua importância. O que rejeitamos é a ideia de mascarar problemas de curto prazo com medidas que ocupem títulos de jornais, em vez de planear o país a longo prazo. Fenómenos como a desindustrialização são exemplos desta incapacidade. Daí nasce a necessidade de pensar o Portugal pós-Terceira República e pós-ordem liberal.

Hegemonia cultural do consenso liberal. Nos dias de hoje, existe no Ocidente e, em concreto, em Portugal, um conjunto de dogmas liberais altamente castradores do futuro nacional. Rejeitamos a ideia de tratar todas as culturas e identidades com igual validade. Jamais se poderá equiparar uma cultura como a de alguns países no Médio Oriente, que trata as mulheres como seres de menor dignidade, a uma

cultura que as respeita e as vê como parte essencial de qualquer nação. Homem e mulher são complementares e jamais poderemos equiparar duas culturas com estes dois entendimentos. Adicionalmente, o consenso liberal popularizou a ideia de que as pertenças sociais são um impedimento à verdadeira liberdade. O Futuro Português vê as pertenças sociais do ser humano como parte característica da sua existência, sem as quais jamais poderá ser desenvolvido o indivíduo. Rejeitamos a igualdade como religião de Estado, compreendendo a natureza como sendo hierárquica. A ideia de que todas as culturas têm igual direito a Portugal é também ela um disparate. A cultura que tem direito a Portugal é a cultura dos portugueses. Adicionalmente, não deve haver uma lógica igualitária entre portugueses e estrangeiros em Portugal, ainda para mais com todas as carências de Portugal para com os seus. O Futuro Português dará prioridade aos portugueses na sua própria casa.

As ideias do consenso liberal vingaram em Portugal e criaram uma hegemonia cultural. O Futuro Português procurará reverter essa hegemonia cultural, substituindo a atual por outra: **uma hegemonia nacionalista**.

Que Futuro queremos construir?

Um Portugal Português. A substituição populacional terá de ser revertida massivamente, resolvendo assim uma questão existencial para o povo português. Para isso, só haverá uma solução para a imigração em massa: a remigração. A solução passará por deportações, incentivos fiscais para a saída voluntária, reversão de nacionalidades atribuídas sem provas claras de assimilação, que consideramos possível em indivíduos, não em povos, entre outras medidas. Consideramos que a grande maioria da imigração legal e ilegal terá de sair de Portugal, para que a normalidade demográfica, cultural e nacional seja reposta. Sobre a imigração que permanecer em Portugal, jamais lhe será permitida a colonização de qualquer zona do país; deverá viver em comunidade e respeitar, na

totalidade, o modo de vida português. A liberdade de crença será respeitada, exatamente como as características pessoais de cada um que esteja em Portugal. No entanto, a única cultura que tem direito ao espaço público português é a portuguesa. Não serão toleradas manifestações culturais massivas alheias à identidade nacional. Adicionalmente, propomos a criação de uma nova forma de atribuição da nacionalidade portuguesa, que será brutalmente dificultada e atribuída de forma absolutamente excecional. Acreditamos também na reversão de nacionalidades que não obedeçam aos novos critérios. Defendemos políticas de incentivo ao retorno dos emigrantes portugueses, para que se estabeleçam em Portugal, que é a sua casa. Procuraremos produzir iniciativas legislativas, recomendações, estudos e outros instrumentos, através do nosso centro de estudos, com base legal, para que estes objetivos sejam alcançados, influenciando o poder político de forma a colocá-los em prática.

Um país liderado pelos melhores, num regime que sirva a nação. A 3.^a República habituou Portugal a um regime de serviço aos interesses de organizações supranacionais, como a UE, ou aos principais representantes do capital transnacional. O Futuro Português rejeita esta subserviência ao consenso progressista, manifeste-se através de Bruxelas, totalmente alheio ao interesse nacional, ou através dos grandes beneficiários das agendas internacionalizantes e progressistas, nomeadamente a agenda verde. Portugal não deverá ser condicionado na procura da satisfação do seu interesse nacional e deverá ter elites políticas capacitadas que sirvam única e exclusivamente o interesse nacional. O Futuro Português não procura um Portugal sem quaisquer relações diplomáticas ou de outros tipos com os países vizinhos ou com quem partilhou um passado histórico do qual tanto se orgulha. E, claro, não confundimos a União Europeia com a Europa. O Futuro Português celebra e orgulha-se da sua pertença europeia, mas rejeita a tirania burocrática de Bruxelas como característica dessa pertença. Para este propósito, daremos o nosso contributo através da Escola de Elites, que procura capacitar uma nova geração de líderes para assumir ou influenciar o poder político em Portugal.

Um país soberano do qual não abdicamos. À semelhança de outros países europeus, Portugal não tem soberania e, por isso, não decide a sua direção.

Setores estratégicos para a sua existência estão entregues a estrangeiros, sejam do mundo empresarial ou político. Em 1974, Portugal tinha uma das dívidas externas mais baixas de toda a Europa, dívida que, evidentemente, condiciona, na proporção do seu tamanho, a soberania do país. Hoje, a dívida externa líquida representa perto de 36% do PIB nacional, um entrave à soberania nacional. Adicionalmente, Portugal produz apenas entre 34% e 36% de toda a energia de que necessita, o que significa uma dependência dramática da importação energética, de cerca de 64% a 66%. Estes são apenas alguns dos exemplos que consideramos condicionantes centrais da soberania nacional. Procuraremos projetos de soberania energética, nomeadamente através da energia nuclear, que consideramos central para um Portugal soberano. Teremos iniciativas produzidas com base no centro de estudos do Futuro Português, que ajudarão na formulação de um projeto para Portugal.

Hegemonia Cultural. Um regime, um conjunto de ideias e a coesão nacional só se sustentam de uma forma: hegemonia cultural. Claro que a diversidade de ideias sobre os destinos da nação é totalmente válida e desejável. No entanto, essa diversidade de ideias deve ter como base a continuidade e a prosperidade da nação. Ideias que signifiquem a substituição dos portugueses, a entrega da soberania nacional ou a extinção de Portugal devem ser brutalmente derrotadas no espaço das ideias e retiradas das instituições. O Futuro Português procurará uma hegemonia cultural nacionalista, em que o debate público se centra no destino da nação, tendo como base uma vontade de continuidade histórica, vivência plena da identidade nacional e soberania, da qual não abdicamos. Para isso, faremos conferências, sessões de formação, escolas de elites e intervenção cultural, até que as ideias vençam.

E venceremos.

